ATA 06/2026. Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 08h00min, reúnem-se presencialmente, nas dependências da Biblioteca Pública de Toledo, situada na Avenida Tiradentes, nº 1156, Centro, Toledo- PR, as conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Toledo - CMDM, em Reunião Ordinária convocada pelo Edital de Convocação nº 06/2026, sob a presidência de Eliana Banderó, contando com a presença, conforme assinaturas constantes na lista de presença, de Josines Turella, Paola de Medeiros Souza, Kátia Cilene Zang Manfrin, Cristina Souza Neves Dantas, Eliana Banderó, Maria da Penha dos Santos Manhaes, Andreia Fabiana Bejola, Eveline Laes Francisco Caramel, Terezinha Janning, Marilene Galdino Camillo, Sarah Sweia, Maura Regina Teixeira, Ilena Lúcia Barella Campos, Rosely Aparecida de Faria e Gabriele Luciane Ferreira Schneider Almeida. Registra-se que Andreia Fabiana Bejola participa em substituição à conselheira Kelin Janaine Fuhr, representante da Secretaria de Saúde, ficando acordado que a Secretaria de Saúde formalizará a substituição por meio de ofício. A Presidente agradece a presença de todas, ressalta a importância de ampliar a participação das conselheiras titulares nas reuniões do Conselho e declara aberta a reunião, passando ao cumprimento da pauta prevista no Edital nº 06/2026. **a) Ofícios recebidos e expedidos:** informa-se que os ofícios e demais comunicações foram encaminhados previamente por e-mail às conselheiras. É observado que algumas mensagens têm retornado em razão de caixas de e-mail cheias, sendo solicitada atenção das representantes quanto ao recebimento das comunicações oficiais do Conselho. Também é mencionada solicitação de informações institucionais acerca do CMDM, envolvendo dados como composição, Secretaria Executiva, Presidência, período de gestão, endereço eletrônico e redes sociais. Entre as comunicações recebidas, destaca-se o convite para a inauguração dos Bancos Vermelhos vinculados às ações de enfrentamento à violência contra a mulher, assunto que passa a ser debatido conjuntamente com a programação do Agosto Lilás. **b) Agosto Lilás:** são apresentadas as atualizações da programação referente ao mês de conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher. Inicialmente, discute-se a implantação dos Bancos Vermelhos, sendo informado que haverá unidades na UTFPR e na região da Usina, além de outro banco decorrente de parceria entre a OAB e o Município. Em relação a este último, cujo custeio ficará sob responsabilidade da OAB e a instalação a cargo do Município, as conselheiras manifestam preocupação quanto à concentração de equipamentos em uma mesma região da cidade, considerando que o objetivo

da iniciativa é ampliar a visibilidade da temática e alcançar diferentes públicos. Durante o debate, são considerados fatores como circulação de pessoas, permanência futura do equipamento, alcance da campanha e índices de violência contra a mulher nas diferentes regiões. São sugeridos locais como o Jardim da Mulher, Vila Pioneira e outros bairros populosos, entendendo-se como mais adequada a descentralização dos bancos. Fica encaminhado que será realizada nova conversa com a comissão responsável e com a OAB, antes da confecção e instalação do banco, apresentando as sugestões discutidas pelo Conselho, sendo posteriormente informado ao grupo o encaminhamento adotado. Na sequência, são apresentadas as demais atividades programadas para o Agosto Lilás. Informa-se que no dia 19 de agosto será realizada ação na BRF, em parceria com a Patrulha Maria da Penha, com abordagem sobre legislação, serviços e canais de atendimento existentes no Município e atuação prática da Patrulha, ficando a Secretaria da Mulher responsável por verificar a possibilidade de participação de integrantes do CMDM e encaminhar previamente os dados exigidos para acesso à empresa. Também é informado que no dia 21 de agosto será realizada, no museu, roda de conversa com o projeto Lentes de Luz, envolvendo relatos de mulheres que vivenciaram situações de violência, romperam o ciclo e compartilham suas experiências de vida. Nos dias 26 e 27 de agosto serão promovidas atividades voltadas aos servidores municipais, com participação do Tribunal de Contas, Ouvidoria do Município e Secretaria da Mulher, relacionadas à implantação da Ouvidoria do Servidor e à necessidade de abordar situações de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, sendo prevista a participação de representantes das secretarias municipais. Quanto à blitz educativa, informa-se que a ação do período da manhã do dia 26 está mantida na região central, enquanto a atividade prevista para o período da tarde, na região do Primeiro de Maio, poderá ser transferida para o dia 31 de agosto, em razão de conflitos de agenda e da necessidade de compatibilizar a participação da Delegacia da Mulher e da Patrulha Maria da Penha. A ação pretende utilizar materiais informativos e adesivos da campanha, ampliando a conscientização da população e levando a iniciativa para diferentes regiões do Município. É ainda informado que no dia 28 de agosto ocorrerá a abertura do **6º Seminário Mulheres em Foco**, destinado à capacitação de servidores públicos e representantes da sociedade civil, especialmente integrantes dos conselhos municipais. Durante a discussão, ressalta-se a importância de que a programação do Seminário permaneça centrada nas temáticas

relacionadas à violência contra a mulher e à violência de gênero, considerando o perfil do público-alvo. É observado que, em edições anteriores, foram inseridos conteúdos relacionados ao empreendedorismo e à imagem pessoal, entendendo-se que, embora sejam assuntos relevantes em outros contextos e para outros públicos, não correspondem ao objetivo principal desta capacitação, uma vez que se trata de formação voltada a representantes da sociedade civil e servidores públicos, mas abrangendo majoritariamente à servidores públicos. As conselheiras destacam que a temática da violência pode e deve ser trabalhada por diferentes metodologias e abordagens, de forma a tornar a capacitação dinâmica e atrativa, sem perder sua finalidade de formação, conscientização, prevenção e enfrentamento à violência de gênero. Durante as discussões relacionadas ao Agosto Lilás, também são compartilhadas experiências de ações realizadas em escolas, empresas e outros espaços, nas quais surgem relatos envolvendo assédio, racismo, violência digital, discriminação e outras formas de violência. As conselheiras refletem sobre a necessidade de enfrentar não somente as manifestações mais graves da violência, mas também comportamentos culturalmente naturalizados, destacando a importância de trabalhos educativos desde a infância, nas escolas, famílias, ambientes de trabalho e na sociedade em geral, com vistas à mudança de comportamentos, promoção da empatia, respeito e redução da tolerância social à violência contra a mulher. **c) Deliberar pela Ata 05/2026:** registra-se que a Ata nº 05/2026 foi encaminhada previamente às conselheiras para leitura e que não foram apresentados apontamentos ou pedidos de retificação, sendo submetida à apreciação e aprovada pelas presentes, assim como as atas anteriores. **d) Atualizações sobre a Casa Abrigo Regional:** informa-se que o serviço já se encontra em funcionamento e que existem solicitações de acolhimento sendo analisadas conforme o fluxo estabelecido. Esclarece-se que a Casa Abrigo Regional é destinada especificamente às mulheres em situação de risco extremo de feminicídio, não se caracterizando como serviço de porta aberta, sendo necessária avaliação técnica para definição da necessidade de acolhimento. É esclarecido que o acesso ao serviço ocorrerá exclusivamente por encaminhamento do CREAS, de forma que, independentemente da porta inicial de atendimento da mulher, seja Secretaria da Mulher, Delegacia, Patrulha Maria da Penha ou outro serviço da rede, caberá ao CREAS realizar a análise e o encaminhamento para a Casa Abrigo quando presentes os critérios estabelecidos. O mesmo fluxo será observado pelos municípios integrantes do consórcio regional, composto por trinta e dois municípios, havendo

pessoas previamente designadas para realizar a comunicação e o encaminhamento da documentação necessária, garantindo maior organização e segurança ao serviço. Ressalta-se, ainda, que cada município deverá observar e esgotar as possibilidades de atendimento em seu próprio território antes do encaminhamento, mantendo responsabilidade compartilhada pela proteção das mulheres. Informa-se que o custeio do serviço é realizado regionalmente pelos municípios integrantes do consórcio. Em relação às regras de permanência, esclarece-se que o uso de telefone celular está sujeito a critérios e restrições de segurança, não sendo utilizado da mesma maneira que no ambiente doméstico, considerando a necessidade de preservar a localização e a integridade das acolhidas e de seus dependentes. Destaca-se que a decisão pelo acolhimento pertence à própria mulher, que possui autonomia para aceitar ou não o encaminhamento, considerando que a medida implica afastamento temporário de seu território, residência, familiares e demais referências. O acolhimento é tratado como medida de proteção para situações extremas, buscando, além da segurança imediata, criar condições para que a mulher possa reconstruir sua vida com autonomia. Quanto à construção da sede definitiva da Casa Abrigo Regional, Josines Turella informa que o contrato com a empresa responsável já foi assinado, porém a execução encontra-se temporariamente suspensa em razão das restrições do período eleitoral e do modelo de repasse do recurso. Esclarece-se que, por se tratar de obra superior a dois milhões de reais, estimada em aproximadamente dois milhões e quatrocentos mil reais, o repasse ocorre de forma diferente daquele utilizado na Casa da Mulher Paranaense, sendo necessária a execução inicial da obra e realização da primeira medição para posterior liberação dos recursos. Dessa forma, o contrato permanece vigente e a execução será retomada tão logo seja possível proceder ao repasse conforme as regras aplicáveis. Encerrados os pontos previstos na pauta, passa-se aos **INFORMES - Assuntos Gerais:** inicialmente, são solicitadas pelas conselheiras Ilena Lúcia Barella Campos e Marilene Gaudino Camilo, informações sobre os recursos financeiros disponíveis no Fundo e sobre o andamento das propostas anteriormente deliberadas pelo Conselho. A Conselheira Josines Turella explana sobre o tema, em relação à contratação dos outdoors, informa que a iniciativa havia sido deliberada anteriormente com o objetivo de utilizar parte dos recursos do Fundo para campanhas em pontos descentralizados do Município. Durante a tramitação foram identificadas dificuldades administrativas em razão da ausência de previsão inicial nos instrumentos de planejamento, sendo posteriormente

estruturado processo próprio para contratação. Informa-se que foram obtidos os três orçamentos exigidos para instrução do procedimento e que o processo licitatório encontra-se em andamento, tendo sido ressaltada aos setores responsáveis a necessidade de utilização e, especialmente, **liquidação do recurso mais antigo até dezembro de 2026**. O valor originalmente recebido era de aproximadamente noventa mil reais e encontra-se próximo de cem mil reais em razão dos rendimentos das aplicações financeiras, sendo sessenta por cento destinado a custeio e quarenta por cento à aquisição de equipamentos. Estima-se aproximadamente trinta mil reais para a contratação dos outdoors, sendo prevista contratação pelo período de doze meses, possibilitando a substituição das campanhas e artes conforme as ações realizadas ao longo do período. O restante do custeio será utilizado, entre outras finalidades, para materiais gráficos, adesivos e camisetas destinadas às campanhas deste e do próximo ano. Quanto aos quarenta por cento destinados a equipamentos, informa-se que foram solicitadas aquisições de tablets, notebooks, caixa de som, microfone, projetor, tela e tripé. É ressaltado que parte desses equipamentos atenderá também às necessidades do próprio Conselho, permitindo centralizar arquivos, documentos, fotos, atas e demais registros institucionais em equipamentos próprios do CMDM, facilitando a continuidade dos trabalhos entre as gestões. Ainda em relação aos recursos, é esclarecido que existe outro recurso de finalidade mais ampla, destinado também a ações de empreendedorismo e protagonismo feminino, possuindo prazo de utilização posterior. Desse recurso, encontra-se em fase de contratação o SEBRAE, no valor de trinta mil reais, para desenvolvimento de ações específicas de empreendedorismo feminino, distinguindo-se essa iniciativa da finalidade do Seminário Mulheres em Foco, cujo público e objetivo são outros. Informa-se também que está em tramitação a contratação do Instituto Maria da Penha, no valor de quinze mil reais, custeada com recurso do Fundo do Conselho, para atividade prevista durante a programação de novembro, no dia 25 de novembro, com previsão aproximada de cento e oitenta vagas. É apresentada a sugestão de que, embora o evento seja gratuito, seja solicitada aos participantes a doação de kit de higiene como ingresso solidário, para posterior distribuição a mulheres em situação de vulnerabilidade. Ainda nos assuntos gerais, são apresentadas atualizações sobre o projeto **Fala Mulheres**, informando-se que, após avaliação da baixa participação nos encontros realizados anteriormente em associações, foi alterada a estratégia de atendimento. O projeto passará a acompanhar ações dos CRAS itinerantes, buscando

aproximar o serviço das mulheres nos territórios. Informa-se também a participação de acadêmicos do curso de Direito das universidades FAG e PUC e a possibilidade de encaminhamento de demandas jurídicas para instituições parceiras, esclarecendo-se que o atendimento não se restringe às mulheres em situação de violência, podendo contemplar outras demandas jurídicas apresentadas pelas participantes. Na sequência, são apresentadas por Josines Turella informações sobre a **Casa da Mulher Paranaense**, cuja obra se encontra em andamento, tendo sido realizada a primeira medição e o respectivo pagamento. É relatado que houve necessidade de adequações iniciais no terreno, com volume de aterro superior ao previsto no projeto, situação que foi solucionada para permitir o prosseguimento da construção. Esclarece-se que o recurso destinado à construção está depositado em conta específica e que os pagamentos à empresa são realizados conforme a execução, medição e aprovação das etapas da obra. Também existem recursos específicos destinados a equipamentos e custeio da futura estrutura, os quais serão utilizados oportunamente, mantendo-se, neste momento, prioridade para a execução dos recursos mais antigos que possuem prazo mais próximo. É mencionado que a Casa da Mulher Paranaense contará também com espaço destinado às reuniões e atividades do Conselho, além de estrutura que contribuirá para a integração dos serviços voltados às mulheres. Em seguida, a presidente Eliana Banderó, com a finalidade de viabilizar maior participação das conselheiras, elenca a possibilidade de realização de **reuniões em formato híbrido**, diante das dificuldades de participação presencial de algumas conselheiras. Registra-se que o Regimento Interno não prevê expressamente essa modalidade, mas também não apresenta vedação. Após debate, a possibilidade de realização de reuniões híbridas é submetida à apreciação, havendo concordância das conselheiras presentes com sua adoção em situações específicas e devidamente justificadas, sem que o formato se torne regra para todas as reuniões. Fica deliberado que, quando houver necessidade de deliberação, aprovação ou votação formal do Conselho, a reunião deverá ocorrer presencialmente, considerando que o Regimento atualmente não disciplina a realização de aprovações virtuais. Nos casos em que o formato híbrido for utilizado, a modalidade deverá ser informada previamente na convocação, sendo também necessária organização da estrutura de internet e dos equipamentos necessários para garantir a participação remota. Em decorrência desse debate, é retomada a necessidade de **revisão do Regimento Interno do CMDM**, considerando

a existência de nomenclaturas, funções e disposições que se encontram desatualizadas. Fica encaminhada a realização de reunião extraordinária específica para tratar da revisão do Regimento, devendo o documento ser encaminhado previamente às conselheiras para leitura e levantamento de sugestões, possibilitando que a reunião seja realizada a partir de propostas concretas de alteração e atualização. Na sequência, é apresentada pela Conselheira Marilene Gaudino Camilo proposta relacionada ao **Movimento ODS**, informando-se a realização, no dia 8 de novembro, de atividade pública voltada à convivência e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Considerando que o ODS 5 trata da igualdade de gênero, é sugerida a participação do CMDM e da Secretaria da Mulher no evento, com possibilidade de instalação de barraca informativa, realização de roda de conversa, distribuição de materiais e outras atividades relacionadas à temática, aproveitando a presença de famílias e diferentes organizações no local. A proposta deverá ser melhor organizada e as informações de local e programação serão encaminhadas ao grupo, podendo a atividade integrar as ações desenvolvidas pelo Conselho no mês de novembro. Por fim, é lembrada a realização, no dia 30, de eleição para reposição de membros do Conselho Tutelar, sendo destacada a importância de que as conselheiras contribuam para a divulgação da eleição e mobilização da comunidade para participação na votação. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente agradece a participação de todas e encerra a reunião. Eu, Gabriele Luciane Ferreira Schneider Almeida, lavro a presente ata, que será encaminhada por e-mail às conselheiras para eventuais apontamentos de retificação e, posteriormente, submetida à apreciação e assinatura deste Conselho. Toledo-PR, 13 de agosto de 2026.